



GT- ESPECIAL

ISSN 2177-3688

**MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE: ASPECTOS
MEMORIALÍSTICOS-INFORMACIONAIS**

BLACK PATH MUSEUM OF PORTO ALEGRE: MEMORIAL-INFORMATIONAL ASPECTS

Luis Fernando Massoni – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Elza Vieira da Rosa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo reflete sobre o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre a partir dos conceitos de informação e memória. Articula teoricamente o conceito de informação ao de memória, enfocando no papel da informação na preservação das memórias da cidade. Metodologicamente, é um estudo de caso de viés qualitativo, amparado em pesquisa bibliográfica e na observação direta dos monumentos que compõem o roteiro do Museu. Como resultados, percebe-se que a informação é utilizada de forma a facilitar o acesso à narrativa do Museu, embora ainda careça de mais elementos que possam melhorar a apropriação pelo visitante. Sem a presença de mediação humana direta, a compreensão das memórias locais ainda é dificultosa, sendo necessário pesquisar outras fontes ou recorrer à oralidade para compreender os significados dos monumentos do Museu. Conclui que a informação é um importante fator no cumprimento da missão do Museu e na divulgação das memórias que a instituição pretende representar, mas há lacunas informacionais que precisam ser sanadas.

Palavras-chave: informação e memória; Museu de Percurso do Negro; Porto Alegre.

Abstract: This study reflects on the Black Path Museum of Porto Alegre based on the concepts of information and memory. It theoretically articulates the concept of information with that of memory, focusing on the role of information in preserving the city's memories. Methodologically, it is a qualitative case study, supported by bibliographical research and direct observation of the monuments that make up the Museum's itinerary. As a result, it is perceived that the information is used in order to facilitate access to the Museum's narrative, although it still lacks more elements that can improve the appropriation by the visitor. Without the presence of direct human mediation, the understanding of local memories is still difficult, being necessary to research other sources or resort to orality to understand the meanings of the Museum's monuments. It concludes that information is an important factor in fulfilling the Museum's mission and in disseminating the memories that the institution intends to represent, but there are informational gaps that need to be filled.

Keywords: information and memory; Black Path Museum; Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre possui o compromisso de pesquisar, salvaguardar e comunicar sobre os patrimônios que representam as memórias coletivas e os afetos da população negra. Entretanto, a museologia é um campo em disputa entrelaçado

por forças que lutam pelo poder de definir o que deve ser pesquisado, conservado e comunicado, cumprindo o ciclo da musealização (CHAGAS, 2002). A prática museológica é, assim, sempre tensionada por interesses que atuam na lembrança ou no esquecimento de determinadas memórias e dos seus patrimônios.

No contexto de nossas cidades, identificamos que, assim como há bens culturais eleitos como autênticos representantes da memória local, também há uma série de patrimônios sobre os quais recai o manto do esquecimento. Tratam-se de prédios, ruas, monumentos, paredes e demais resquícios das histórias de alguns grupos sociais que são silenciados pelas narrativas que engendram e apresentam a “memória oficial” da cidade. À margem dessa memória selecionada, há diversas memórias esquecidas, marginalizadas pelas narrativas oficiais.

Na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, os negros tiveram papel importante no desenvolvimento da economia local, tanto no comércio como na construção civil, além de terem influenciado a religiosidade da cidade. Entretanto, são pouco lembrados e representados apenas como coadjuvantes em boa parte das narrativas às quais temos acesso sobre a cidade. Exceção disso é o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, que propõe um roteiro a pé onde é destacada a presença do povo negro por meio dos resquícios materiais e imateriais que comprovam e rememoram seus trânsitos na história da cidade.

Entretanto, mesmo estando visível a todos que transitam pela urbe, o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre segue sendo esquecido, pois é desconhecido por considerável fatia da população. Segundo dados de 2015 do Observatório da Cultura de Porto Alegre, 63,9% da população nunca ouviu falar do Museu, ao passo que 92,5% dos porto-alegrenses nunca o frequentou (PORTO ALEGRE, 2015). Ou seja, é fundamental que sejam realizadas pesquisas com o intuito de identificar motivos que possam levar a este quadro.

Assim, o presente artigo objetiva refletir sobre o papel da informação e da memória na conscientização sobre a presença negra em Porto Alegre, por meio da visibilidade de suas contribuições na formação da cidade. O problema de pesquisa é: de que modo a informação contribui na visualização das memórias coletivas representadas pelos patrimônios do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre? Compreendemos que esta é uma discussão relevante para os estudos sobre informação e memória, pois é necessária a promoção de

ações que visibilizem determinadas marcas culturais do povo negro na memória da cidade, tendo a informação um importante papel a cumprir nesse esforço.

2 MEMÓRIAS DA CIDADE E INFORMAÇÃO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O grupo urbano é um corpo social que reproduz a forma material da cidade na qual está inserido, apoiando a memória coletiva em imagens espaciais, pois não há memória coletiva sem um quadro espacial (HALBWACHS, 1990). A memória da cidade é moldada pelo mosaico de memórias individuais que, articulando-se, formam uma memória coletiva que se mantém viva porque está amparada nas ruas, esquinas, prédios, alamedas etc. A memória da cidade é constituída pelas lembranças que se eternizam na paisagem e nos registros de um determinado lugar, podendo ser reapropriadas pela sociedade (ABREU, 1998). Ela não se limita aos seus referentes históricos, pois as apropriações que os cidadãos fazem da cidade em sua completude, a partir de suas práticas socioculturais, também influenciam na formação do seu patrimônio cultural.

Assim, é fundamental que o cidadão conheça o patrimônio cultural da cidade e, mais do que isso, se reconheça nele, uma vez que, quando nos apropriamos do espaço, dotamos ele de valores e significados, fazendo dele um lugar onde a paisagem e suas imagens rememoram emoções guardadas nas lembranças, pois “[...] o lugar é um centro de significados que mobilizam nosso intelecto e nossas emoções” (MESQUITA; SILVA, 2004, p. 121). A cidade é palco de vivências afetivas que evocam sua presença, mesmo quando ausente diante de nosso olhar, por meio da memória. Apesar disso, conforme Mesquita e Silva (2004), alguns lugares da cidade escondem dos cidadãos as imagens que representam vivências distintas das contemporâneas.

A esse respeito, Candau (2005) revisita Halbwachs, enfatizando que “[...] aquilo a que chamamos *a* memória coletiva é frequentemente o produto de um empilhamento de estratos memoriais muito diversos, podendo essas camadas sedimentares ser alteradas quando das perturbações de memória.” (p. 91). O esquecimento, enquanto perturbação da memória, é um elemento inerente à sua existência, pois não existe memória que não seja calcada em camadas de esquecimentos: sendo impossível lembrar tudo, algo será esquecido. A questão que se coloca é: o que esquecer? Por que? Quem define o que será esquecido ou lembrado? Isso porque esquecer, principalmente no âmbito da memória coletiva, não é apenas fruto de uma condição natural: é permeado por um desejo de esquecimento.

Nesse jogo entre lembrar e esquecer, Nora (1993) afirma que é a oralidade das sociedades tradicionais o fator responsável pela manutenção de uma “memória viva” passada de geração em geração. Valorizando tais sociedades como portadoras de uma memória “autêntica”, o autor afirma que elas se mantêm vivas nas práticas e nos saberes.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Mediante a incapacidade das sociedades modernas de manterem viva a memória coletiva, Nora (1993) batiza de “lugares de memória” os subterfúgios (instituições, bandeiras, hinos, museus, bibliotecas, documentos diversos etc.) criados para servirem de suporte e depósito de memória. Eles são como formas artificiais e planejadas de preservação da memória social. Sobre esses lugares recai uma “aura de acreditação” por parte da população ou dos órgãos responsáveis.

A esse respeito, Abreu (1998) nos lembra que a valorização do passado ocorre por meio da preservação dos seus resquícios, objetivo perseguido por diversos agentes, dentre os quais o poder público municipal. O campo da informação possui contribuições relevantes nesse sentido, pois é também por meio da informação que a memória é registrada, comunicada e preservada, compartilhando significados e afetos coletivos. Conforme Capurro e Hjørland (2007), precisamos cercar a informação para análise de modo a não a considerarmos um conceito isolado, o que nos possibilita melhor compreender suas relações com conceitos como documento, mídia, cultura e memória. Para Araújo (2018), após a inclusão do sujeito como elemento central das práticas informacionais, o campo da Ciência da Informação se vê diante da necessidade de compreender esses sujeitos, seus interesses e ações, observando os usos e apropriações da informação em contextos específicos.

Qualquer fenômeno informacional é constituído por “camadas” ou “estratos” que incluem linguagens, contextos materiais e tecnológicos, bem como instâncias e organizações que regulam os fluxos informacionais, além de produtores, intermediários e usuários que definem o valor informacional (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). Sob esse ponto de vista, toda prática informacional é envolvida por interesses de diferentes agentes, que podem ser públicos ou privados, individuais ou coletivos. Esse “regime de informação”, como se refere

González de Gómez (1999), incide diretamente sobre a conformação da memória, pois orienta os discursos, destacando uma informação em detrimento de outra e, assim, definindo o que é lembrado ou esquecido pelo grupo social. Na visão de Murguía (2010), ao estudarmos memória coletiva, precisamos compreender a negociação realizada para a construção de uma memória que utiliza o passado para criar uma identidade coletiva. Nesse processo, é formada uma representação a serviço da memória e de determinados discursos, necessária à coesão social almejada pela identidade coletiva.

[...] a memória seria uma espécie de cordão que amarraria nossos atos e pensamentos, permitindo uma continuidade que, ao longo de um período de tempo, articulasse nossa existência. [...] Assim, presentificando o passado de forma contínua e constante, somos capazes de lembrar acontecimentos, ideias, fisionomias, etc. vivenciados recentemente, ou num passado remoto, permitindo a formação de pensamentos e a experiência de sentimentos. (MURGUIA, 2010, p. 19).

A experiência e o afeto com o lugar é fundamental na construção das memórias da cidade, mas a informação também possui um papel importante ao possibilitar o registro, o compartilhamento e a preservação do que é lembrado coletivamente. O acesso ou a falta de informações, nesse sentido, é crucial na conscientização da população sobre suas memórias e também no próprio reconhecimento das identidades culturais locais. Essa prática informacional é orientada por um regime de informação que auxilia na escolha do que é lembrado ou esquecido, ainda mais em se tratando de memória social que é, por si só, um eterno campo de disputas.

3 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este estudo se caracteriza pelo caráter exploratório e pela abordagem qualitativa, pois não enfocamos aspectos quantitativos e/ou estatísticos, privilegiando a exploração e a interpretação da realidade estudada a partir do olhar dos pesquisadores, amparados na literatura especializada. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois analisa um objeto específico – o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Sua realização se deu por meio de pesquisa bibliográfica, na medida em que tem como pano de fundo principal os conceitos de informação e memória; e por observação, pois envolveu a visita aos monumentos de rua que compõem o trajeto do Museu estudado.

A coleta dos dados ocorreu por meio de observação em junho de 2023, mediante visita realizada aos monumentos que marcam o Museu e representam memórias da população negra na cidade, momento no qual foi possível observar a disponibilidade ou não

de informações que auxiliam na compreensão da narrativa apresentada. Além dessa observação, a análise dos dados consistiu em refletir sobre o Museu a partir dos conceitos de informação e memória, tendo em vista o papel desse binômio na visibilidade dos patrimônios representativos do povo negro no espaço urbano.

4 UM OLHAR MEMORIALÍSTICO-INFORMACIONAL SOBRE O MUSEU

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre teve seu início em 2003 com discussões das instituições do movimento negro organizado, por iniciativa do Griô José Alves Bittencourt, o “Lua”, e se beneficiou de ações no âmbito do Programa Monumenta, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), ambos departamentos do Ministério da Cultura. Isso evidencia que as práticas informacionais em análise estão enredadas em algo maior, que é o movimento de pesquisa e implementação do Museu, fruto de um esforço coletivo da comunidade negra da cidade de Porto Alegre, em articulação com instâncias governamentais e políticas públicas. A partir dos escritos de González de Gómez (1999), compreendemos que estes são alguns dos agentes envolvidos no regime de informação por trás do Museu de Percurso do Negro.

O público-alvo do Museu são os moradores da cidade, a população que frequenta o centro histórico, os transeuntes e visitantes, especialmente a população afro-brasileira (IPHAN, 2010). O objetivo do Museu de Percurso do Negro é:

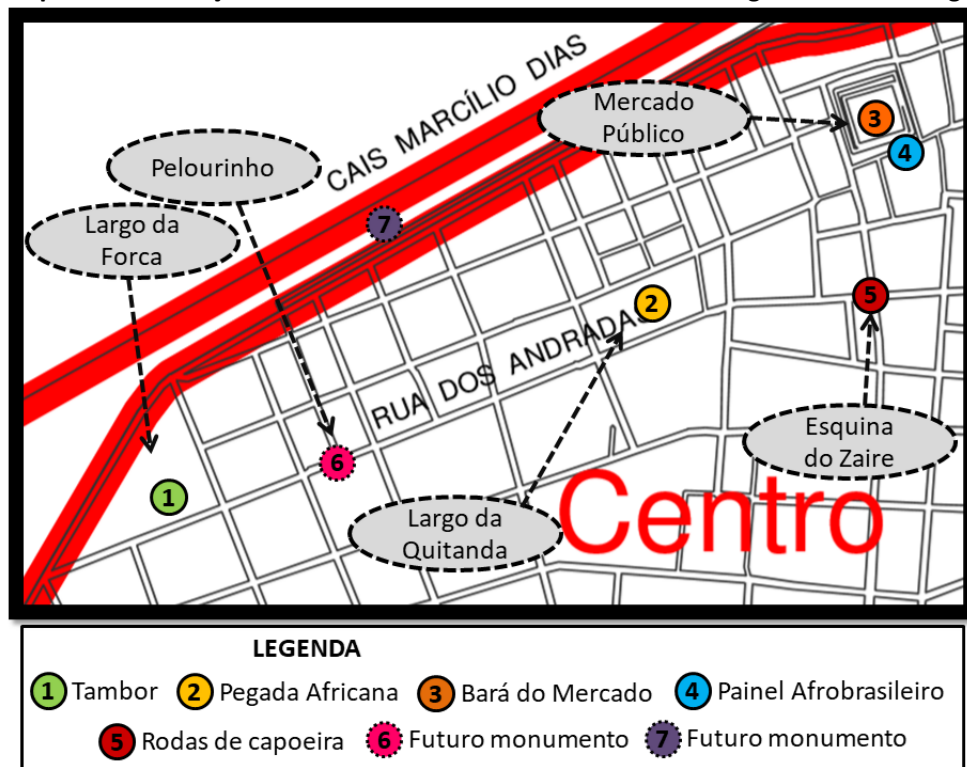
[...] estabelecer no centro histórico de Porto Alegre um percurso de conhecimento e fruição a partir de espaços emblemáticos e significativos para a etnia negra, do ponto de vista histórico e das expressões da atualidade. Baseado na invisibilidade material da cultura negra, o projeto objetiva dotar o centro da cidade com marcos esculturais representativos dessa cultura em Porto Alegre, relacionados à história da presença negra, com informações sobre o significado desses lugares (IPHAN, 2010, p. 80).

O museu de percurso a céu aberto não possui restrição social e espacial. O campo da Museologia entende que “[...] o museu não pode mais ser visto como uma instituição com uma forma estável e definida, pois o seu espaço ampliou, transpôs as suas paredes físicas, a sua missão, assim como suas formas de representação” (PINHEIRO, 2004, p. 108-109). Essa tipologia de museu é acessível ao público e todos podem se relacionar com ele.

A proposta do Museu é percorrer territórios representativos da presença negra na história de Porto Alegre, como sinalizado no Mapa 1, onde destacamos os principais espaços: *Largo da Força*, na Praça Brigadeiro Sampaio, onde os negros escravizados eram enforcados;

Pelourinho, em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, onde os negros eram castigados publicamente; *Largo da Quitanda*, na Praça da Alfândega, que era ponto de venda das quitadeiras negras; *Esquina do Zaire*, na “Esquina Democrática” das ruas Andradas e Borges de Medeiros, ponto de encontro de operários, músicos e carnavalescos e também de manifestações; e o Mercado Público. A população negra esteve presente em muitos outros espaços, mas esses foram escolhidos para compor o trajeto do Museu, o que caracteriza o caráter seletivo de qualquer lugar de memória.

Mapa 1 – Localização dos Marcos do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre



Fonte: dos autores, 2023.

Conforme exposto no Mapa, o Museu possui atualmente quatro marcos implantados: 1) *Tambor*; 2) *Pegada Africana*; 3) *Painel Afrobrasileiro*; e 4) *Bará do Mercado*. Eles estão distribuídos ao longo do bairro Centro Histórico, próximo à região do porto. O número 5 do Mapa, na região da *Esquina do Zaire*, não possui nenhum monumento instalado, mas é ponto de encontro de rodas de capoeira, caracterizando um patrimônio cultural imaterial do Museu. Já os números 6 e 7 são locais onde futuramente serão instalados marcos do Museu, em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, na região do antigo *Pelourinho*, e na região do Cais Mauá.

Localizado na Praça Brigadeiro Sampaio, o *Tambor* (Figura 1) foi produzido pelos artistas Gutê, Leandro Machado, Elaine, Mattos, Pelópidas Thebano e Xaplin. Feito de

concreto armado, possui 1,2m x 2,75m e foi instalado em 2010 (MUSEU DE PERCURSO..., 2023). Conforme o coordenador do projeto, Pedro Rubens Vargas, o *Tambor* foi concebido coletivamente e teve sua origem nos debates entre artistas e griôs, que são os guardiões da memória: “O tambor, por certo o único instrumento que tocado por um ou por muitos comunica a alma do todo, é amarelo porque Oxum assim o quis. Apresenta 12 figuras que repercutem a trajetória de um povo: dor, alegria, luta e perseverança.” (MUSEU DE PERCURSO..., 2023, *online*).

Figura 1 – Tambor



Fonte: MUSEU DE PERCURSO..., 2023.

A *Pegada Africana* (Figura 2) está localizada na Praça da Alfândega, foi produzida por Vinicius Vieira em aço inox e pedras, possui 2m x 3m e foi instalada em 2011. Ela representa o contributo da cultura africana para o Brasil. Conforme a pesquisadora Miriam Chagas, trata-se de um “[...] desenho contemporâneo, modelado em aço, que envolve e ressignifica as pedras portuguesas do local, simbolizando a concretização de políticas públicas que resultaram da luta histórica por reconhecimento das culturas étnicas.” (MUSEU DE PERCURSO..., 2023, *online*).

Figura 2 – Pegada Africana



Fonte: MUSEU DE PERCURSO..., 2023.

O *Bará do Mercado* (Figura 3) está localizado no Mercado Público, foi concebido por Leandro Posenato e Pelópidas Thebano e executado por Leonardo Posenato, Vilmar Santos e Vinicius Vieira, sob a idealização de Mãe Norinha de Oxalá. Ele é feito de bronze e pedras e sua instalação ocorreu em 2013.

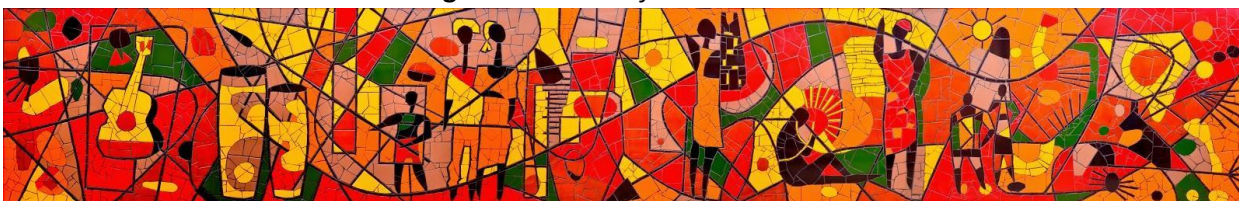
Figura 3 – Bará do Mercado



Fonte: dos autores, 2022.

Na Figura 4, temos o *Painel Afrobrasileiro*, inaugurado em 2014 no Largo Glênio Peres, concebido por Pelópidas Thebano e executado por Vinicius Vieira com a técnica de mosaico em cerâmica, representando as ligações ao mundo (MUSEU DE PERCURSO..., 2023, *online*).

Figura 4 – Painel Afrobrasileiro



Fonte: MUSEU DE PERCURSO..., 2023.

Apresentados os marcos que compõem o Museu, procedemos à análise. Junto ao *Tambor*, há uma grande placa de nylon que apresenta informações completas sobre o projeto, informando que a escultura é o primeiro marco do percurso e que “[...] homenageia os ancestrais africanos e os negros gaúchos que com sua história, trabalho, resistência arte, religiosidade, saberes imemoriais, contribuíram para consolidar a cultura afro-brasileira. Aqui

foi o largo da força de 1830 a 1860.” (TAMBOR, [201-?], n. p.). A placa ainda informa sobre o Museu, sua criação, propósito e a iniciativa de capacitar jovens monitores para acompanhar os visitantes, apresentando os marcos e suas narrativas.

Também são informadas as etapas do projeto, com os anos em que foram realizadas as pesquisas antropológicas e museológicas, da conclusão do projeto do *Tambor*, da capacitação dos jovens monitores, da construção do bem, do desenvolvimento dos projetos dos demais marcos e do lançamento do livro do Museu. Junto ao texto, há fotografias da comunidade negra de Porto Alegre, onde aparecem lugares, práticas/rituais, mãos negras e o próprio *Tambor*. Além disso, há os logotipos do Museu, das instituições responsáveis pela realização, apoio e coordenação do projeto.

Percebemos que essa placa, junto ao *Tambor* que possui mais de dois metros de altura, ajuda a demarcar o percurso do Museu para quem passa pela região, apresentando informações detalhadas tanto sobre o projeto do Museu, como sobre a obra em si, com menções aos elementos que ilustram o *Tambor*. Há fotografias, datas, instituições e a história da população negra e da criação do Museu. Quem lê esta placa tem informações consistentes sobre o projeto, podendo, caso tenha interesse, buscar detalhes sobre o livro mencionado ou a mediação de algum monitor.

Com relação à *Pegada Africana*, ao seu lado consta uma placa de aço fixada no chão, onde constam dados básicos sobre a obra: local de instalação, os responsáveis pela concepção e pela execução, a técnica utilizada na confecção, as dimensões da obra e sua data de inauguração. Além disso, informa sobre as entidades responsáveis pelo Museu e seu intuito, de forma superficial. Não consta nenhuma informação acerca do que a obra representa ou de seus elementos artísticos. O mesmo padrão de placa encontra-se fixado na parede ao lado do *Painel Afrobrasileiro*, último marco do Museu. Em ambos os casos, percebemos que são registradas informações técnicas sobre as obras, mas que não auxiliam na compreensão de seus significados, além de não darem detalhes sobre o Museu, sua proposta e funcionamento.

Com relação ao *Bará do Mercado*, trata-se de um mosaico instalado no centro do Mercado Público de Porto Alegre, exatamente no cruzamento dos quatro corredores que se formam pelas quatro entradas do Mercado. Junto a ele, não há nenhuma informação sobre o Museu ou a obra. Assim, por ser uma instalação fixada no chão e sem nenhuma sinalização, teria tudo para ser o mais invisibilizado dos marcos que compõem o percurso do Museu. Mas

o que se percebe é o contrário: no local, são realizados cotidianamente passes, oferendas e outros rituais por parte de religiosos de matriz africana. De acordo com a idealizadora da obra, Mãe Norinha de Oxalá, que é fundadora e presidente da Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras no Rio Grande do Sul:

O Mercado Público faz parte dos ‘caminhos invisíveis dos negros em Porto Alegre’, e sua importância deve-se a preservação e culto ao Orixá Bará Agelu Olodiá assentado no centro do prédio. O Bará é, dentro do panteão africano, a entidade que abre os bons caminhos, o guardião das casas e da cidade, e representa o trabalho e a fartura. Os religiosos de matriz africana e frequentadores acreditam na força do axé do orixá, que garantiu a sobrevivência e a prosperidade do mercado ao longo de seus 244 anos, dando fartura aos transeuntes que passam no local e fazem seus pedidos. Os africanistas e simpatizantes, ao fazerem seus pedidos de abertura dos caminhos na terra para a fartura de comida na mesa e de prosperidade na vida ao Bará, jogam sete moedas, como certos da sua proteção. Com o passar do tempo, somam-se os testemunhos de pessoas que agradecem pelo pedido alcançado ao Bará do Mercado Público. O Orixá Bará é reverenciado por toda a comunidade de matriz africana no Estado. (MUSEU DE PERCURSO..., 2023, *online*).

No local, é comum avistar os transeuntes atirando moedas e balas em cima da instalação - e sempre há algum necessitado que recolhe as oferendas depositadas ali. E mesmo quem não conhece seu significado pode ser rapidamente informado sobre a obra, pois os feirantes próximos e mesmo os demais passantes informam sobre a presença do *Bará*. Apesar da falta de informações registradas, percebemos que o *Bará do Mercado* é mantido vivo na memória coletiva, pois os passantes o reconhecem como representativo da religiosidade de matriz africana, respeitando-o e reverenciando-o como tal. Mesquita e Silva (2004) destacam bem este aspecto das memórias da cidade: é fundamental que haja relações afetivas entre a população e o patrimônio cultural.

Assim, a informação oral é protagonista na preservação e comunicação sobre esse bem, decorrente do contato com os transeuntes - mesmo que alguns deles não saibam da existência do Museu, sabem sobre o *Bará*. Assim, a falta de placas informativas pode dificultar o entendimento de que a obra compõem o Museu, mas não impede o reconhecimento do *Bará* como representativo da religião, na medida em que, conforme Nora (1993), os lugares de memória só carecem de registro quando não são lembrados pela “memória viva”. Percebemos que este não é o caso do *Bará do Mercado*, eternizado nas práticas e na tradição oral.

Na *Esquina do Zaire* (número 5 do mapa) não há monumentos instalados e nenhuma placa que informe sobre a importância do lugar para a história da população negra da

cidade. Apesar disso, o local é ponto de encontro de rodas de capoeira e outras práticas da população negra, caracterizando-se como um patrimônio cultural imaterial. Assim como o *Bará do Mercado*, este espaço mantém-se vivo na memória de parte da população como representativo da cultura negra.

Não há, em nenhum dos bens visitados, nenhuma indicação sobre o local de instalação dos demais bens que compõem o percurso. Nos lugares previstos para futuramente receberem marcos do Museu (assinalados pelos números 6 e 7 no mapa), também não se encontra nenhum tipo de informação sobre o projeto. Do mesmo modo, entre um marco e outro, não há nenhuma sinalização que indique que a região faz parte do percurso do Museu.

Como resultado deste exercício analítico, identificamos que, seja no registro em placas ou na tradição oral, a informação possui um papel fundamental na preservação da memória dos bens culturais que compõem o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Em maior ou menor grau, nos dados precisos registrados nas placas ou na voz dos cidadãos, a informação é responsável direta pela memorização desses bens, possibilitando a conscientização sobre a presença do Museu e a importância de seus marcos na paisagem urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oficial e as principais narrativas sobre a cidade, na memória e no imaginário gaúcho, foram construídas a partir de uma visão colonialista, excluindo os grupos que não se adequavam aos projetos de uma cidade burguesa e branca. Isso acabou por invisibilizar e provocar o esquecimento da contribuição da diáspora africana no processo civilizatório do Rio Grande do Sul e dos espaços ocupados e reconhecidos como territórios negros. Essa falta de visibilidade ocasionou também o processo de desterritorialização da cultura de matriz africana na capital gaúcha. É de fundamental importância trazer à tona essas questões, pois garante às novas gerações gaúchas conhecer a história não contada nos currículos da educação brasileira, mesmo com a Lei 10.639 de 09 de Janeiro 2003, que institui o estudo da história e da cultura afro-brasileiras.

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre se apresenta como espaço significativo de contribuição para a visibilidade e a problematização das memórias enquadradas da cidade. Percebemos que a intenção de demarcar os territórios da cultura

negra em Porto Alegre se faz presente, pois o Museu existe, há acervo e algumas placas indicando sua presença. Entretanto, a falta de informações mais precisas na sinalização de alguns bens acaba por reforçar o seu esquecimento, por mais contraditório que isso pareça.

Embora lhe falte sinalização, o *Bará do Mercado Público*, pelo seu entorno, pode ser considerado o item mais contemplado e respeitado do acervo do Museu, pois se mantém vivo pela oralidade e pelos rituais de quem passa pelo local, evidenciando o papel da informação oral na preservação dessas memórias. Os bens são simbólicos e estão ali, colorindo paisagens e demarcando memórias. O desafio que se apresenta é viabilizá-los e compreendemos que a informação é fundamental nesse processo, seja pelo registro textual ou pela oralidade.

Esse foi apenas um exercício analítico, a partir da observação local dos monumentos pertencentes ao acervo do Museu. Sugerimos que estudos futuros possam dar conta de outros caminhos pelos quais a informação pode contribuir para visibilizar o Museu, como a presença de produções bibliográfica sobre o tema, bem como sua comunicação em websites e mídias sociais, tanto de órgãos públicos como privados, de modo a compreender como os diversos tipos de informação contribuem ou não com a demarcação dessas memórias.

O Museu deve permitir a incursão e a inscrição por meio de marcos simbólicos, artísticos e históricos do povo negro, bem como sua história imaterial. Esses bens demarcam seu legado e suas especificidades diante de um cenário no qual ainda é menosprezado e pouco valorizado nos espaços museológicos da cidade. O Museu enquanto proposta articulada e delineada em uma dinâmica de percurso, ou num formato de itinerário, permite aos transeuntes entender o processo civilizatório de enriquecimento na composição dos espaços públicos. A retomada desses territórios é fundamental à valorização da cultura negra da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul.

Assim, por meio da conclusão dos futuros marcos do Museu, muito além de reordenar o uso dos espaços públicos e do patrimônio cultural por meio da arte, a esperança é de que o Museu sirva como indicador na construção de políticas de representatividade e afirmação da herança cultural de matriz africana nas ações e processos que visem à garantia de direitos com deveres de equidade, da cidadania como um polo irradiador às novas gerações porto-alegrenses. A partir dos resultados deste estudo, compreende-se que a informação será um elemento fundamental para o êxito das futuras etapas de demarcação dos territórios negros da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1999, p. 7-31.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MESQUITA, Zilá; SILVA, Valéria Pereira da. Lugar e imagem: desvelando significados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 116-138, jul./dez. 2004.
- MURGUIA, Eduardo Ismael. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 11-32.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- PORTO ALEGRE. **Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses**. Porto Alegre: Observatório da Cultura, 2015.
- IPHAN. **Programa Monumenta**: Porto Alegre. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.
- MUSEU DE PERCURSO do Negro. Disponível em:
<<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com/>>. Acesso em: maio. 2023.
- PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento: um projeto de modernidade**. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.
- PORTO ALEGRE. **Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses**. Porto Alegre: Observatório da Cultura, 2015.
- TAMBOR. 1 placa. Porto Alegre, [201-?].